GUSTAVO TEPEDINO
JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES
Coordenadores

AUTONOMIA PRIVADA, LIBERDADE EXISTENCIAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS

30 anos Constituição Federal
FÓRUM

Resumo de Autonomia Privada, Liberdade existencial e Direitos Fundamentais

SUMÁRIO APRESENTAÇÃO GUSTAVO TEPEDINO, JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES .... 19 DOUTRINA ESTRANGEIRA AUTONOMIA E A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO FIXAÇÃO CONTRATUAL DOS DIREITOS DO CREDOR. UM OLHAR LUSO-BRASILEIRO ANTÓNIO PINTO MONTEIRO..... ....

23 1 Apresentação..... ..... 23 2 Exclusão e limitação convencional da responsabilidade: noção e delimitação..... 24 3 Regime jur ídico..... ..... 27 3.1 Coordenadas do proble ma..... ..... 27 3.2 Regime jurídico geral..... .... 30 3.3 Regime jurídico especial..... ..... .

30 4 Efeitos .... 32 4.1 Em caso de validade .... 32 4.2 Em caso de invali dade..... ..... 32 5 Cláusulas penais: noção e funçõe s..... ..... 32 5.1 A pena como avaliação convencional do dano – a cláusula de fixação antecipada da indemnização.....

33 5.1.1 A pena substitui a indemnização..... ..... 34 5.1.2 O credor não tem de provar o dano .... 34 5.1.3 Convenção sobre o dano excedente..... ..... 36 5.1.4 Redução da pena ....

37 5.2 A pena como sanção – cláusulas penais compulsórias..... ..... 41 5.2.1 Cláusula penal pura ou exclusivamente compulsória..... ..... 43 5.2.2 Cláusula penal em sentido estrito ou propriamente dita.....
43 6 Conclusão ....

45 PRIVATE AUTONOMY AND TESTAMENT'S CONTENT IN THE INHERITANCE RIGHT. THE FALL OF TRADITIONAL BELIEFS IN THE ITALIAN LEGAL SYSTEM VINCENZO BARBA, CARLO D'ORTA .... 47 1 Introduction ....
47 2 The planning of the right of succession of the testator through the categories of the deed between the living and the act of last ....

50 3 Private autonomy in inheritance law .... 51 4 The content of the testament and the private autonomy of the testator: the problem of the dissolution clause of the heir..... ....

55 CAPACIDAD JURÍDICA Y SISTEMA DE APOYOS TRAS LA CONVENCIÓN ONU DE LOS DERECHOS DE LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD INMACULADA VIVAS TESÓN..... .....

..... 59 1 Un decenio de convención ONU en el ordenamiento jurídico español.....

59 2 Dos preceptos clave de la convención: sus arts. 12 y 19 .....
64 3 Capacidad jurídica y sistema de apoyos: nuevas exigencias y nuevas respuestas..... 67 Referencias .....
.....
.....

73 INCIDENCIA DE LA CONSTITUCIONALIZACIÓN DEL DERECHO PRIVADO EN LA REGULACIÓN DE LA VIDA COTIDIANA DE LAS PERSONAS – EL CASO DEL CÓDIGO CIVIL Y COMERCIAL DE LA NACIÓN ARGENTINA RICARDO LUIS LORENZETTI .....
.....
.....

77 Introducción.....
..... 77 La tutela de los vulnerables como pre-requisito para alcanzar la igualdad real ..... 78 I Autonomía privada ...
.....
..... 80 Los sistemas de apoyo.....
.....
..... 84 Rol del juez: trato personal y revisiones periódicas.....
.....

85 II Libertad existencial .....
..... 85 III Derechos fundamentales.....
..... 88 Conclusión.....
.....
..... 90 DOUTRINA NACIONAL AUTONOMIA, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ÉTICA E AUTONOMIA PESSOAL DANILO DONEDA, LAURA SCHERTEL MENDES, CARLOS AFFONSO PEREIRA DE SOUZA, NORBERTO NUNO GOMES DE ANDRADE.....
.....

95 Impactos da introdução de IA em mecanismos decisionais: personalidade, autonomia e riscos de discriminação..... 97 Autonomia, personalidade jurídica e responsabilidade de robôs..... 101 A ética de dados como estrutura analítica e operacional para a compreensão e a aplicação de Inteligência Artificial e algoritmos ....

105 Riscos e desafios éticos da IA .... 107 Redução do controle humano..... ..... 107 Remoção da responsabilidade humana .... 108 Desvalorização de competências humanas .... 108 Erosão da autodeterminação humana..... .....

108 Facilitação de condutas humanas controversas ou mesmo malévolas ..... 108 Preconceito e (in)justiça..... ..... 109 Benefícios e oportunidades da IA..... ..... 109 Cuidados de saúde .... 109 Acessibilidade..... .... 109 Agricultura e meio ambiente..... .....

110 Transporte .... 110 O papel dos quadros éticos corporativos..... ..... 110 Conclusão .... 112 Referências..... .... 112 AUTONOMIA EXISTENCIAL O DIREITO À EXISTÊNCIA CIVIL DE PESSOAS INTERSEXUAIS: UM QUESTIONAMENTO DO

ESTATUTO JURÍDICO DO GÊNERO ANA CARLA HARMATIUK MATOS, ANDRESSA REGINA BISSOLOTTI DOS SANTOS.....

117 1 Introdução .... 117 2 Questionando o estatuto jurídico do gênero: a (in)existência da pessoa intersexual no Direito..... 120 3 A matriz heteronormativa perpassa o Direito: o jurídico como espaço de relações de dominação .....

125 4 Estratégias possíveis: o Direito em (trans)formação .... 128 5 Conclusão . ... 133 Referências..... .... 134 AUTONOMIA DAS PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL, DIRETIVAS ANTECIPADAS PSIQUIÁTRICAS E CONTRATO DE ULISSES EDUARDO ROCHA DIAS, GERALDO BEZERRA DA SILVA JUNIOR .....

137 1 Introdução .... 137 2 Diretivas antecipadas em saúde mental e contrato de Ulisses ..... 139 3 Compatibilidade entre as manifestações volitivas do paciente com transtorno mental e o Direito brasileiro .....

145 Conclusões..... ..... 149 Referências .... 150 PRIVACIDADE E OS DESAFIOS DE SUA COMPREENSÃO CONTEMPORÂNEA: DO DIREITO DE SER DEIXADO EM PAZ AO DIREITO AO ESQUECIMENTO MARCOS EHRHARDT JÚNIOR, BRUNO DE LIMA ACIOLI..... .....

151 Introdução .... 151 1 A

privacidade como valor moderno e sua evolução histórica.....
152 2 As origens do direito à privacidade nos EUA e o direito de ser deixado em paz .....

153 3 O direito à privacidade na Europa e no Brasil e a concepção contemporânea de privacidade..... 157 4 O direito ao esquecimento .....
..... 160 Considerações finai
s .....
..... 163 Referências.....
.....
.....

164 A NATUREZA JURÍDICA DA DOAÇÃO COMPARTILHADA DE OÓCITOS EM TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA PAULA MOURA FRANCESCONI DE LEMOS PEREIRA, RAFAELA JARDIM SOTO WALLAUER..... 167 Introduçã
o .....
..... 167 1 As técnicas de reprodução humana assistida .....
.....

169 2 Doação voluntária e doação compartilhada de oócitos: um ato de autonomia corporal..... 176 3 A natureza jurídica da doação de gametas femininos e sua gratuidade ..... 180 Considerações finais .....
.....

185 Referências.....
..... 186 DESAFIOS PARA A TUTELA DO DIREITO DE NÃO SABER: CORPO, AUTONOMIA E PRIVACIDADE THAMIS DALSENTER VIVEIROS DE CASTRO.....
.....
..... 191 Introdução .....
..... 191 1 A função promocional da privacidade.....
.....

193 2 Expansão da tutela jurídica do corpo e da privacidade .... 196 3 O direito de não saber..... ..... 4 Razoabilidade e proporcionalidade: identidade funcional na experiência brasileira..... 293 5 Os problemas do formalismo e do subjetivismo na legalidade constitucional: o direito como criação permanente .....

295 6 Conclusão .... 296 DIREITO FUNDAMENTAL E EXPRESSÃO RELIGIOSA: ENTRE A LIBERDADE, O PRECONCEITO E A SANÇÃO LUIZ EDSON FACHIN..... .... 299 INTERPRETAÇÃO DO DIREITO PRIVADO: O DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL PROSPECTIVO EM DIÁLOGO COM A CRÍTICA HERMENÊUTICA DO DIREITO PABLO MALHEIROS DA CUNHA FROTA..... .....

309 1 Introdução .... 309 2 O Direito hoje e as três vertentes dos Direito Civil Constitucional ..... 314 3 Pressupostos da Crítica Hermenêutica do Direito .... 319 4 Conclusão .. ..

326 Referências..... ..... 326 NOVAS TECNOLOGIAS PLATAFORMAS DIGITAIS, BIG DATA E RISCOS PARA OS DIREITOS DA PERSONALIDADE ANA FRAZÃO..... .... 333 I Introdução .... 333 II As características e funções das plataformas digitais ....

334 III A relação simbiótica entre plataformas digitais, big data e big analytics..... 336 IV As

plataformas digitais e os riscos para a privacidade e o controle sobre os dados pessoais .....

339 V As plataformas digitais e os riscos para a identidade e as opções de vida dos usuários: a caixa-preta dos algoritmos .... 341 VI As plataformas digitais e os riscos para a própria liberdade: o negócio de influenciar consciências .....

345 VII Considerações finais .... 347 Referênc ias..... ..... 348 DA IMPREVISÃO AO EQUILÍBRIO CONTRATUAL ANDERSON SCHREIBER..... .... 351 1 Théorie de l’imprévision: origem e expansão..... .... 351 2 A experiência brasileira..... ..... 353 3 A imprevisível imprevisão: a arbitrariedade das decisões judiciais.....

355 4 O necessário deslocamento do foco para o desequilíbrio contratual ..... 361 5 Princípio do equilíbrio contratual: em busca da efetividade..... ..... 365 Referências..... .... 365 DIREITOS DE AUTOR NA ERA DIGITAL: DESVENDANDO FRONTEIRAS ENTRE TECNOLOGIA E ARTE A PARTIR DE UM CASO CONCRETO FERNANDA NUNES BARB OSA..... .....

369 1 O caso..... ..... 369 2 O enunciado normativo da Lei de Direitos Autorais: o art. 29 e a vedação à utilização de obra sem a autorização prévia e expressa do autor..... ....

370 3 A responsabilidade civil e o chamado lucro da intervenção .....

..... 375 4 Literatura e música: possíveis pontos de contato para a solução do problema concreto ..... 377 5 Conclusão ....

378 Referências..... ..... 379 NOVAS FAMÍLIAS CASAMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E PSÍQUICA ANA CAROLINA BROCHADO TEIXEIRA, JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES ..... 383 1 A pessoa com deficiência com aptidão para o exercício de situações jurídicas existenciais.....

383 2 Condições para o exercício do direito de casar..... ..... 388 3 Regime de bens..... ..... 396 4 Tomada de decisão apoiada e casamento..... ..... 398 Conclusão .... 402 Referências..... .....
403 O EXERCÍCIO DA AUTONOMIA EXISTENCIAL DO ADOLESCENTE EM PROCESSO DE HORMONIOTERAPIA EM FACE DA AUTORIDADE PARENTAL ANA PAOLA DE CASTRO E LINS..... .....

405 1 Introdução .... 405 2 Autonomia existencial do adolescente: de objeto de proteção a sujeito de direitos..... 407 3 Autonomia corporal do adolescente..... ..... 408 4 O consentimento livre e esclarecido do adolescente nos atos de disposição do próprio corpo: capacidade versus discernimento ....

409 5 A hormonioterapia como exercício da autonomia existencial do

adolescente ..... 412 6 Terapia hormonal no tratamento de disforia de gênero em adolescente: a necessária mitigação da heteronomia estatal ....

413 7 Conclusão .... 415 Referênci as..... ..... 417 DESFILIAÇÃO – A AUTONOMIA PRIVADA COMO FUNDAMENTO PARA A DESCONSTITUIÇÃO DO VÍNCULO PATERNO-FILIAL ANTÔNIO JORGE PEREIRA JUNIOR, ANA MÔNICA ANSELMO DE AMORIM..... 423 Introduçã o ....

423 1 A filiação no Direito brasileiro: tempo de redefinição? .... 424 2 O dever de cuidado nas relações paterno-filiais: socioafetividade e sociodesafetividade..... 427 3 Desfiliação – A autonomia privada como fundamento para a desconstituição do vínculo paterno-filial.....

428 Conclusão .... 431 Referências .... 432 AUTONOMIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E TOMADA DE DECISÃO APOIADA: ALCANCE, EFEITOS E FINS VITOR ALMEIDA..... .... 435 Introdução: dependência, apoio e tomada de decisões ....

435 1 A rede de apoios à pessoa com deficiência: fins e transformações ..... 436 2 Tomada de decisão apoiada: função, alcance e efeitos .... 441 Considerações finais: o protagonismo de sua história..... .....

447 Referências.....
..... 448
TRANSFORMAÇÕES NO DIREITO SUCESSÓRIO UMA RELEITURA DO DIREITO REAL DE HABITAÇÃO PREVISTO NO ART. 1.831 DO CÓDIGO CIVIL ANA LUIZA MAIA NEVARES .....
.....
.. 451 1 A família como fundamento da sucessão hereditária.....
.....

451 2 O direito real de habitação previsto no artigo 1.831 do Código Civil ..... 452 3 A função do direito real de habitação. Imperiosa necessidade de se analisar as condições pessoais de seu beneficiário.

.....
..... 454 4 Por que uns e não outros? A escolha dos vínculos familiares a serem tutelados ..... 458 5 Conclusão .....
.....
..... 460 Referências.....
.....
..... 461 AUTONOMIA PRIVADA E FLEXIBILIZAÇÃO DOS PACTOS SUCESSÓRIOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO DANIELE CHAVES TEIXEIRA.....
.....
.

463 1 Notas introdutórias.....
..... 463 2 O direito sucessório brasileiro em descompasso com a sociedade contemporânea ..... 464 3 Autonomia privada e sua funcionalização .....
..... 465 4 A flexibilização dos pactos su cessório .....
.....

470 5 Considerações finais .....
..... 477 Referênci as.....
..... 477 CONEXÕES:

SUCESSÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS EROULTHS CORTIANO JUNIOR..... ..... 481 1 Delineamentos e premissas: um conceito restrito de sucessão causa mortis..... 481 2 Propriedade, autonomia e solidariedade familiar na sucessão causa mortis.....

482 3 A sucessão como direito fundamental..... ..... 484 4 Herança e propriedade..... ..... 485 5 Autonomia privada e sucessão..... ..... 485 6 Solidariedade familiar e sucessão..... .... 486 7 Fecho .... 488 Referências..... .....

488 OS HERDEIROS LEGITIMÁRIOS NO DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO: AMPLIAÇÃO DA LIBERDADE DE TESTAR E PROTEÇÃO DOS VULNERÁVEIS GISELDA MARIA FERNANDES NOVAES HIRONAKA..... ..... 491 1 Introdução .... 491 2 As razões pelas quais a proteção da legítima foi criada se sustentam ainda hoje, de modo a justificar a permanência desse instituto no Direito Civil contemporâneo?

.... 492 3 Os princípios da solidariedade e da função social servem como motivos modernos para a permanência da proteção da legítima no sistema atual? .... 496 3.1 Solidariedade e legítima..... ....

496 3.2 Função social e legítima .... 497 Conclusã

o .... 499 Referências..... .... 500 O NOVO REGIME SUCESSÓRIO DOS COMPANHEIROS: PRIMEIRAS REFLEXÕES HELOISA HELENA BARBO ZA..... ..... 503 Introdução .... 503 1 Regime sucessório do cônjuge a partir de 2002 ....

504 2 Direitos sucessórios dos companheiros segundo o Código Civil ..... 506 3 Aplicação do art. 1.829 do Código Civil aos companheiros: algumas questões ..... 508 Considerações finais .... 511 Referências..... ....

512 COLAÇÃO PELO VALOR DO BENEFÍCIO: UMA ANÁLISE FUNCIONAL ROSE MELO VENCELAU MEIRELES .... 513 1 Introdução .... 513 2 Reserva legítima e doação em adiantamento da herança..... ..... 514 3 O cálculo da legítima e a colação ....

515 4 Sistema da colação pelo valor da doação ou da abertura da sucessão: interseções entre o Código Civil e o Código de Processo Civil .... 518 Conclusão .... 520 RISCO E RESPONSABILIDADE FAKE NEWS: COMO GARANTIR LIBERDADES E CONTER NOTÍCIAS FALSAS NA INTERNET?

CHIARA SPADACCINI DE TEFFÉ, CARLOS AFFONSO PEREIRA DE

SOUZA ..... 525 1 Fake news: identificação e riscos à liberdade de expressão..... ..... 525 2 Liberdade de expressão e dever de veracidade ....

533 3 Responsabilidade civil por publicação de conteúdos falsos.....
536 Considerações finais 542
RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA E A MITIGAÇÃO DA REPARAÇÃO DOS DANOS MARCELO JUNQUEIRA CALIXTO..... .... 545 1 Introdução ....

545 2 A consagração da responsabilidade civil objetiva..... ..... 546 3 O princípio da reparação integral do dano e sua mitigação..... ..... 548 4 Conclusão .... 556 Referências..... ....
556 A APLICAÇÃO DO LUCRO DA INTERVENÇÃO (DISGORGEMENT OF PROFITS) NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO: UM NOVO DANO NO CAMPO DA RESPONSABILIDADE CIVIL OU UMA CATEGORIA DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA?

MIGUEL KFOURI NETO, RAFAELLA NOGAROLI..... ..... 559 1 Panorama da atual repercussão dos filtros tradicionais da responsabilidade civil na sociedade brasileira ..... 559 2 A recepção do disgorgement of profits nos sistemas jurídicos ao redor do mundo.....

561 2.1 Os fundamentos teóricos na aplicação do disgorgement of profits..... 562 2.2 Análise de decisões judiciais na common law que aplicaram o disgorgement of profits ..... 564 2.3 A recepção do instituto do disgorgement of profits no sistema da civil

law.....

566 3 A indenização pelos lucros do ofensor no Direito Civil brasileiro ..... 567 3.1 O disgorgement e o instituto do enriquecimento sem causa ..... 572 3.2 A delimitação do objeto da restituição..... .....

577 3.3 A restituição pelos lucros do ofensor nos tribunais brasileiros..... 578 3.4 O caso Giovanna Antonelli .... 580 4 Notas c onclusivas..... ..... 583 Referências..... .... 585 A INOVAÇÃO BRASILEIRA DO “MÍNIMO REPARATÓRIO” PENAL E SUA APLICAÇÃO NOS PROCESSOS DA OPERAÇÃO LAVA JATO NELSON ROSENVALD..... ....

587 1 Introdução .... 587 2 A inovação brasileira: “o mínimo indenizatório”..... ..... 588 2.1 O sentido da disposição legal..... ..... 588 2.2 Critérios para a fixação do mínimo reparatório .... 592 3 A vítima como parte civil ....

596 4 O projeto do novo CPP..... ..... 600 5 A aplicação do “mínimo indenizatório” na Operação “Lava Jato” ..... 602 6 Con clusão .... 607 Referências..... .....

..... 608 RESPONSABILIDADE CIVIL POR RISCO DA ATIVIDADE: REFLEXÕES E PROPOSTAS A PARTIR DAS TRAGÉDIAS DE MARIANA E DA BOATE KISS ROMUALDO BAPTISTA DOS SANTOS ....

611 Introdução .... 611 1 Síntese evolutiva da teoria geral da responsabilidade civil ao longo da modernidade ..... 611 1.1 A responsabilidade civil nas dobras da modernidade: da teoria da culpa à teoria do risco .....

612 1.2 Desdobramentos da teoria do risco: gerenciamento de riscos e socialização dos danos ..... 613 1.3 Do individualismo moderno ao solidarismo contemporâneo: solidariedade social e igualdade frente aos encargos públicos..... ....

614 2 Novos tempos, novos danos: danos relacionados ao modo de vida na sociedade contemporânea..... 615 2.1 O incêndio da Boate Kiss em Santa Maria, RS .... 615 2.2 O derramamento de rejeitos de minérios nas barreiras da Samarco em Mariana/ MG.....

616 2.3 Caracterização desses eventos .... 617 3 Proposições para atualização do sistema de responsabilidade civil ..... 618 3.1 Função preventiva e precautória da responsabilidade civil, além da função ressarcitória .....

618 3.2 Responsabilidade civil proporcional..... ..... 619 3.3 Afazeres do Estado..... ..... 620 Conclusões..... .... 621 Referências.....

.... 622 PROTEÇÃO CONTRATUAL E VULNERABILIDADE A OPERATIVIDADE DA CLÁUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA ALINE DE MIRANDA VALVERDE TERRA ....

625 1 Introdução .... 625 2 Função e estrutura da cláusula resolutiva expressa..... ..... 626 3 Direito potestativo conferido ao credor diante da verificação do suporte fático da cláusula resolutiva expressa .....

628 4 Resolução extrajudicial da relação obrigacional..... ..... 630 5 Efeitos da resolução da relação obrigacional .... 634 5.1 Efeito liberatório..... .... 635 5.2 Efeito restitutório..... .... 638 5.3 Efeito ressarcitório..... ..... 641 6 Conclusão ....

643 Referências..... ..... 645 A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO COMO FUNDAMENTO DA APLICAÇÃO DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL: QUANDO OCORRE E QUAIS AS REPERCUSSÕES PRÁTICAS BRUNO TERRA DE MORAES..... ..... 647 1 Introdução ....

647 2 O adimplemento substancial associado à função social na jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro..... .... 648 3 A teoria do adimplemento substancial . .....

..... 650 4 O adimplemento substancial e a função social do contrato.....

655 5 Conclusão ..... 662 Referências..... 664 PROPRIEDADE IMATERIAL, PESSOA E MERCADO VIVENDO NAS NUVENS: DADOS PESSOAIS SÃO OBJETO DE PROPRIEDADE? ROBERTA MAURO MEDINA MAIA..... 669 1 Introdução ..... 669 2 Uma premissa importante .....

670 3 De direito absoluto a situação jurídica subjetiva: a propriedade hoje..... 676 4 A vida na lupa: propriedade e dados pessoais ..... 680 5 De onde viemos, onde estamos e para onde vamos: a tutela patrimonial dos dados pessoais.....

688 6 Conclusão ..... 694 Referências..... 695 SUPERENDIVIDAMENTO: POR UM TRATAMENTO COLETIVO DE DÉBITOS DANIEL BUCAR.....
699 1 Introdução ..... 699 2 O Projeto de Lei para a solução do superendividamento .....

700 3 O problema da restrição objetiva dos débitos..... 700 4 O problema da restrição subjetiva do devedor..... 705 5 Conclusão .....

..... 710 Referências.....
.....
..... 711 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS ADVINDOS DO USO DE BITCOINS NO BRASIL LUCIANA XAVIER, MARÍLIA XAVIER.....
.....
.....

713 1 Introdução .....
..... 713 2 Aspectos fundamentais do Bitcoin .....
..... 714 3 Inovação versus regulamentação: o papel do Direito.....
..... 717 4 Considerações finais .....
.....
..... 721 Referências.....
.....
.. 722 CONTRIBUTO PARA A DELIMITAÇÃO DOS NOVOS CONTORNOS DA EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO THIAGO VILLELA JUNQUEIRA .....
.....

725 1 Introdução .....
..... 725 2 Exceção de contrato não cumprido: considerações essenciais.....
726 3 Requisitos e funções da exceção de contrato não cumprido.....
731 4 Possíveis limites de oponibilidade.....
.....

738 5 Notas finais.....
..... 743 Referênci as.....
..... 744 ESTRUTURAÇÃO IMOBILIÁRIA E NOVAS FUNÇÕES DO CONDOMÍNIO PACTOS COMISSÓRIO E MARCIANO NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS COM ESCOPO DE GARANTIA CARLOS EDISON DO RÊGO MONTEIRO FILH O .....
.....

749 1 Introdução ..... 749 2 Projeções do pacto comissório e do pacto marciano nos negócios jurídicos com escopo de garantia ..... 751 2.1 Na retrovenda ..... 751 2.2 No sale and leaseback .....

754 2.3 Na procuração em causa própria..... 758 2.4 Na trajetória trifásica da apreciação do pacto comissório nos Tribunais Superiores..... 761 2.4.1 Primeira fase: o posicionamento do STF no sentido de aplicar a regra proibitiva de pacto comissório aos negócios jurídicos com escopo de garantia.....

762 2.4.2 Segunda fase: o posicionamento do STF no sentido de restringir a aplicação da regra proibitiva de pacto comissório às garantias reais típicas..... 764 2.4.3 Terceira fase: a retomada pelo STJ do primeiro posicionamento do STF no sentido de que os negócios jurídicos com escopo de garantia não podem constituir fraude à lei .....

769 3 Negócios jurídicos com escopo de garantia, pacto comissório e pacto marciano: paradigmas de interpretação-aplicação..... 771 Referências..... 774 ADMISSIBILIDADE DO PACTO MARCIANO NO DIREITO BRASILEIRO PABLO WALDEMAR RENTERIA, DIEGO BRAINER DE SOUZA ANDRÉ .....

777 1 Introdução ..... 777 2 Conceito de pacto marciano ..... 780 3 As razões da proibição do pacto comissório.....

..... 782 4 Validade e legitimidade do pacto marciano.....
..... 791 5 Aspectos atinentes ao regime de execução do pacto marciano.....

793 5.1 Aquisição do bem condicionada ao inadimplemento .....
..... 793 5.2 Determinação do valor justo do bem .....
..... 794 5.3 Data-base de apuração do valor justo .....
..... 796 5.4 Cálculo do superfluum.....
.....
.....

797 6 Conclusão .....
..... 797 Referências.....
..... 799 SOBRE OS AUTORES....
.....
..... 803

Acesse aqui a versão completa deste livro